



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS
COORDENADORIA DE ESTÁGIO E TREINAMENTO PROFISSIONAL

SERVICO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº 24.100.104.914/2017
Data 19/09/2017 Fls. 119
Rubrica AD

40º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2017 -

1- Acerca do tratamento constitucional da exploração de atividade econômica afirmativa CORRETA:

- a) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo;
- b) A exploração indireta de atividade econômica pelo Estado se dá exclusivamente por meio da regulação;
- c) O Estado também é destinatário do princípio da livre-iniciativa, podendo criar novas empresas, visando arrecadar mais recursos;
- d) O princípio da livre-iniciativa significa que qualquer forma de atividade econômica é aberta à iniciativa privada, independentemente de autorização ou concessão;
- e) A partir da Constituição de 1988, que erigiu o princípio da livre-iniciativa a fundamento da República, o Estado brasileiro ficou proibido de criar novas empresas estatais, ressalvada a manutenção das que já existiam (Petrobras, Eletrobras etc.).

2- Segundo a Constituição, NÃO é Função Essencial à Justiça:

- a) O Ministério Público;
- b) A Defensoria Pública;
- c) O Ministério da Justiça;
- d) A Advocacia Pública;
- e) A Advocacia Privada;

3- O art. 37, XVI, da Constituição, veda acumulação remunerada de cargos públicos, salvo algumas exceções. Tendo em vista estas exceções, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É permitida a acumulação de um cargo de professor estadual com um cargo de professor federal;
- b) É permitida a acumulação de dois cargos de professor estadual;
- c) É permitida a acumulação de três cargos de professor municipal;
- d) É permitida a acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- e) É permitida a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

4- O art. 60 da Constituição estabelece um limite circunstancial ao poder constituinte derivado, que consiste na impossibilidade de se emendar a Constituição:

- a) Na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio;
- b) Abolindo-se a forma federativa de Estado;
- c) Através de deliberação de Emenda Constitucional tendente a abolir os direitos e garantias individuais;
- d) Sem um interstício mínimo entre os dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional;
- e) Na mesma sessão legislativa em que proposta de emenda idêntica haja sido rejeitada.

5- O Direito Tributário é de competência legislativa:

- a) Privativa da União;
- b) Privativa dos Estados e do Distrito Federal;
- c) Privativa dos Municípios;
- d) Concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- e) Livre de cada ente federativo, respeitadas as normas estabelecidas pelo ente em cujo território está contido.

6- A Constituição estabelece que o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. Acerca do tratamento constitucional das súmulas vinculantes, assinale a assertiva INCORRETA:

- a) A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica;

- b) A possibilidade de edição de súmulas vinculantes foi instituída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004;
- c) A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade;
- d) A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula depende da aprovação unânime dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- e) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

7- O Preâmbulo da Constituição afirma que os representantes do povo brasileiro, em Assembleia Nacional Constituinte, promulgaram a Constituição, sob a proteção de Deus. Segundo a jurisprudência do STF, pode-se afirmar que:

- a) A menção a Deus no preâmbulo da Constituição viola o princípio da laicidade do Estado;
- b) A menção a Deus não viola o princípio da laicidade do Estado, porque o preâmbulo da Constituição não tem força normativa;
- c) A invocação da proteção de Deus é norma de reprodução obrigatória nas Constituições dos Estados;
- d) É cabível ação direta de inconstitucionalidade contra a menção a Deus no preâmbulo da Constituição;
- e) O STF já declarou inconstitucional a menção a Deus no preâmbulo da Constituição.

8- O art. 3º da Constituição estabelece os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Constituem objetivos fundamentais, EXCETO:

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- b) Garantir o desenvolvimento nacional;
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- d) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- e) Buscar a solução pacífica das controvérsias na ordem interna e internacional.

9- Sobre os direitos fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os direitos fundamentais de primeira, segunda, terceira e quarta gerações estão previstos no art. 5º da Constituição;
- b) O Estado não é destinatário de direitos fundamentais, na medida em que o objetivo destes direitos é a proteção do indivíduo em face do poder estatal;
- c) A eficácia horizontal dos direitos fundamentais é reconhecida pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e significa que estes direitos aplicam-se às relações entre particulares;
- d) Os direitos fundamentais de primeira geração podem ser caracterizados pela implicação exclusiva de prestações negativas por parte do Estado, enquanto os direitos fundamentais de segunda geração demandam prestações estatais positivas;
- e) Não existe diferença conceitual entre direitos fundamentais e direitos humanos, tidos como sinônimos.

10- Acerca dos princípios constitucionais, é CORRETO afirmar:

- a) São vetores que reconhecidamente autorizam ao intérprete o emprego de elemento volitivo na resolução dos casos concretos, representando uma escolha fundamentada;
- b) A Constituição de 1988 abriga princípios concorrentes, característica que não permite classificá-la como uma Constituição compromissória;
- c) Diante de colisão de princípios no caso concreto, que é sempre apenas aparente, além da técnica da ponderação, a resolução dá-se pela aplicação dos critérios hierárquico, cronológico e da especialidade;
- d) Apesar do reconhecimento de força normativa aos princípios constitucionais pela doutrina brasileira da efetividade, o Supremo Tribunal Federal tem reconhecido que as normas programáticas dirigem-se exclusivamente ao legislador;
- e) São alçados pelo pós-positivismo ao status de norma, impondo-se sua aplicação como dever jurídico ao intérprete diante de lacunas na lei.

DIREITO CIVIL

1- Segundo o Código Civil, são anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio. O erro é substancial quando:

- a) Interessa à natureza do negócio.
- b) Concerne à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, ainda que tenha influído nesta de modo irrelevante.
- c) Diz respeito ao objeto secundário da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais.
- d) Sendo de direito e de fato e implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único do negócio jurídico.
- e) Alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

2- Sobre a responsabilidade civil, marque a alternativa incorreta.

- a) A responsabilidade civil contratual decorre de violação à norma de natureza negocial.
- b) O Estado não possui responsabilidade civil pelos seus atos, tendo em vista ser detentor do poder de império.
- c) A responsabilidade civil ou aquiliana decorre de violação à norma legal.
- d) A perda de uma chance é indenizável.
- e) O dano *in re ipsa* é aquele que por sua gravidade ou reiteração não mais exige prova em juízo.

3- O pagamento é modo de extinção da obrigação. Sobre o tema, é correto afirmar, exceto:

- a) Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.
- b) O devedor que paga tem direito a quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada.
- c) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, exceto se mais valiosa.
- d) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.
- e) Salvo disposição legal em contrário, não tendo sido ajustada época para o pagamento, pode o credor exigí-lo imediatamente.

4- O princípio da obrigatoriedade dos contratos não é absoluto, eis que relativizado pela Teoria da Imprevisão. Sobre esta, é correto afirmar:

- a) Ocorre a imprevisão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- b) O Código de Defesa do Consumidor possui os mesmos requisitos do Código Civil para a revisão do contrato.
- c) A Teoria da Imprevisão não é adotada pelo Direito brasileiro em razão de sua insegurança jurídica.
- d) Quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação.
- e) Em atenção ao princípio da conservação dos negócios jurídicos, a teoria da imprevisão deve, sempre que possível, preferir a resolução contratual à revisão judicial dos contratos.

5- Sobre prescrição, assinale a alternativa correta:

- a) Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental.
- b) As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em dez anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.
- c) Violado o direito, nasce para o titular a ação, a qual se extingue, pela prescrição.
- d) A prescrição não pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- e) A prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

6- Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) São civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação.
- b) Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.
- c) É ilícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.
- d) Caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado.
- e) A pessoa jurídica pode sofrer dano moral.

7- São exemplos de obrigação de resultado, exceto:

- a) A obrigação do transportador.
- b) A obrigação do empreiteiro.
- c) A obrigação do cirurgião plástico.
- d) A obrigação do ortodontista estético.
- e) A obrigação do advogado.

8- Sobre o inadimplemento das obrigações, marque a alternativa incorreta.

- a) Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.
- b) Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- c) Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.
- d) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.
- e) Se, por ocasião da conclusão do contrato, uma parte der à outra, a título de arras, dinheiro ou outro bem móvel, não poderão as arras, em caso de execução, ser restituídas ou computadas na prestação devida, ainda que do mesmo gênero da principal.

9- A respeito da pessoa natural, assinale a alternativa correta:

- a) Mesmo após emancipado, o menor de 18 anos deve ser assistido para a prática de determinados atos da vida civil.
- b) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; não prevendo a lei qualquer direito ao nascituro.
- c) Cessará, para os menores, a incapacidade pela colação de grau em curso de ensino médio ou técnico.
- d) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.
- e) O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de um ano antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.

10 – No tocante à desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de abuso da personalidade jurídica ou insolvência, pode o juiz decidir, de ofício, aplicar a desconsideração da personalidade jurídica.
- b) O abuso da personalidade jurídica, de acordo com o Código Civil, é caracterizado somente pelo desvio de finalidade.
- c) No ato de constituição da pessoa jurídica, podem os sócios afastarem a possibilidade de caracterização da desconsideração da personalidade jurídica.
- d) Não é admitido no ordenamento jurídico pátrio a desconsideração da personalidade jurídica inversa.
- e) Na desconsideração da personalidade jurídica, os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações são estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

11 – Acerca do domicílio, assinale a alternativa correta:

- a) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.
- b) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo, os cônjuges e o preso.
- c) Tendo a sociedade diversos estabelecimentos em lugares diferentes, será considerada domicílio somente a sede social.

- d) De acordo com o ordenamento jurídico, domicílio e residência possuem conceitos idênticos.
- e) O domicílio do Estado do Rio de Janeiro é o endereço da Procuradoria Geral do Estado.

12 – De acordo com o Código Civil a respeito dos bens, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.
- b) As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias. São úteis as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
- c) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- d) Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.
- e) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

13 – Acerca dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

- a) A validade do negócio jurídico requer agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e forma escrita,
- b) É nulo o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- c) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- d) Os negócios jurídicos podem ser interpretados conforme a boa-fé.
- e) Os poderes de representação conferem-se apenas pela lei.

14 – A respeito do Direito de Empresa, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- b) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas determinadas formalidades legais, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
- c) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.
- d) A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 1.000 (mil) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- e) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

15 – Em relação ao Direito Societário, é correto afirmar:

- a) A sociedade simples somente poderá ser utilizada para atividades não empresárias e poderá utilizar denominação ou firma.
- b) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, inclusive para a integralização do capital social. A sociedade limitada poderá ter denominação ou firma.
- c) Na sociedade anônima ou companhia, o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir. As companhias somente poderão utilizar denominação.
- d) Na sociedade não personificada, os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, podem provar a existência da sociedade de qualquer modo.
- e) O nome empresarial pode ser objeto de alienação.

1- Fernando ajuizou uma demanda em face do Estado do Rio de Janeiro, em razão de o Detran/RJ ter apreendido seu veículo sob o fundamento de transporte irregular de passageiro. Considerando que o Detran/RJ e o Estado do Rio de Janeiro são pessoas jurídicas com personalidade jurídica distinta, cabe à Procuradoria do Estado alegar, em sede de contestação:

- a) Ausência de interesse de agir.
- b) Vício de representação processual.
- c) Ilegitimidade passiva.
- d) Impossibilidade jurídica do pedido.
- e) Inépcia da inicial.

2- De acordo com o CPC/2015, o Estado, suas respectivas autarquias e fundações de direito público, considerando sua prerrogativa, possuem os seguintes prazos processuais para apresentarem, respectivamente, contestação, contrarrazões de apelação e agravo de instrumento:

- a) 60 dias; 15 dias e 20 dias, todos contados da remessa dos autos.
- b) 30 dias; 15 dias e 20 dias, todos contados da carga dos autos.
- c) 60 dias, contados da audiência de conciliação, 30 dias e 20 dias, ambos contados da intimação pessoal, por meio eletrônico.
- d) 30 dias, contados do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu, quando o autor também se manifestar expressamente sobre a ausência de interesse na composição consensual; 30 dias e 30 dias, ambos contados da intimação pessoal.
- e) 30 dias, contados da remessa dos autos; 30 dias contados da carga dos autos e 20 dias, contados da intimação pessoal.

3- Assinale a opção correta:

- a) De acordo com o CPC/15, todos os prazos serão computados em dias úteis, inclusive os prazos que não são processuais.
- b) O CPC/15 estimula a conciliação, mas não permite a convenção de mudanças no procedimento, mesmo se o processo versar sobre direitos que admitam a autocomposição.
- c) A regra estabelecida no CPC/15 é a de que os efeitos da decisão do juízo incompetente não serão conservados até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.
- d) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- e) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento, exceto no caso de processos cujos autos sejam eletrônicos.

4- Assinale a opção incorreta:

- a) No que toca ao pedido, não são compreendidos no principal os juros legais, a correção monetária, nem as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.
- b) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução do mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- c) O ato de qualquer dos participantes do processo que criar embaraços à efetivação do cumprimento das decisões judiciais poderá ser punido como ato atentatório à dignidade da justiça.
- d) Quanto à cumulação de pedidos, quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação se o autor empregar o procedimento comum, sem prejuízo do emprego das técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais a que se sujeitam um ou mais pedidos cumulados, que não forem incompatíveis com as disposições sobre o procedimento comum.
- e) Decisão interlocutória é todo pronunciamento judicial de natureza decisória que não se enquadre no conceito de sentença.

5- Quanto à tutela provisória, é possível afirmar:

- a) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida apenas em caráter antecedente.
- b) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência e evidência.
- c) A tutela de evidência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- d) A tutela de urgência de natureza antecipada poderá ser concedida, ainda que haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, que deverá ser fundamentada.
- e) A tutela de evidência será concedida se as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente, houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, sendo necessária a demonstração do perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

6- O Estado ajuizou ação em face de Pedro e Paulo, servidores públicos, pleiteando o ressarcimento por danos materiais causados ao patrimônio. O juiz, entretanto, proferiu sentença, na qual excluiu Paulo da lide, com fundamento na sua ilegitimidade passiva, e determinou a continuidade do processo em face de Pedro. Qual é o recurso cabível contra esta decisão?

- a) Apelação.
- b) Agravo de instrumento.
- c) Agravo interno.
- d) Recurso especial.
- e) Recurso extraordinário.

7- Em relação ao regime estabelecido no CPC/2015 sobre a intervenção de terceiros, assinale a opção que melhor define o assistente:

- a) Terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma das partes.
- b) Aquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.
- c) Os demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles.
- d) Pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, que pretenda manifestar-se no processo, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia.
- e) Os demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.

8- Durante a audiência de instrução e julgamento em processo ajuizado por João em face a Caixa Econômica Federal, o juiz decide, sem qualquer requerimento das partes, incluir o Estado do Rio de Janeiro no polo passivo da ação. Neste caso, assinale a opção que indica o princípio, aplicável ao Direito Processual Civil, violado por esta decisão:

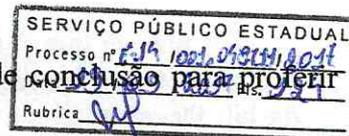
- a) Princípio do duplo grau de jurisdição.
- b) Princípio da publicidade.
- c) Princípio da instrumentalidade das formas.
- d) Princípio da oralidade.
- e) Princípio dispositivo.

9- Assinale a opção que não indica um motivo pelo qual a parte pode alegar a suspeição do perito nomeado pelo juízo:

- a) Quando o perito é amigo íntimo do advogado da parte contrária.
- b) Quando o perito tiver aconselhado a parte contrária acerca do objeto da causa.
- c) Quando a parte contrária for credora ou devedora do perito.
- d) Quando o perito for interessado no julgamento do processo em favor da parte contrária.
- e) Quando o perito estiver devidamente inscrito em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.

10- Assinale a opção incorreta:

- a) Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- b) Se o autor der causa, uma única vez, à sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.
- c) O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando não houver necessidade de produção de outras provas.
- d) No caso de extinção do processo em razão do indeferimento da petição inicial, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.
- e) São elementos essenciais da sentença o relatório, que conterà os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação; os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito; e o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.



LÍNGUA PORTUGUESA

Ok, temos inteligência artificial. E o Direito com isso?

Brenno Tardelli

Cientistas, nerds e militares (normalmente os que se interessam por inteligência artificial) ficaram de cabelo em pé no fim do ano passado, quando “Eugene Goostman”, um computador que simula ser um jovem de 13 anos, passou no Teste de Turing, desenvolvido na década de 50 para distinguir seres humanos de máquinas.

O teste consiste basicamente em uma conversa a três. Uma máquina, um ser humano e um juiz – também humano – que não sabe quem é quem. Se o juiz não for capaz de distinguir com segurança quem é computador e quem é humano, significa que a máquina passou no teste. Até ano passado, não houve máquina aprovada, até que Goostman enganou 30% dos juízes, sendo “mais humano” do que o outro humano que estava no chat.

O que a ultrapassagem deste teste significa ainda não está assentado, mas todos concordam que foi um passo enorme. Kevin Warwick, Professor na Reading University e membro da Royal Society, organização responsável pelas ciências e tecnologias na Grã-Bretanha, disse que a conquista é a “mais excitante para as ciências nos últimos anos”. Vladimir Veselov, um dos criadores de Goostman, disse: “é um feito notável. Esperamos que aumente o interesse por inteligência artificial”. (...)

Agora, veja todos esses dados e os projete para daqui, vá lá – façamos uma análise bem cautelosa – 30 anos. Goostman, daqui a 30 anos, não será um garoto de 13 anos que engana alguns juízes humanos. Ele será imprevisível.

No entanto, não precisamos ir tão longe (ou tão perto, dependendo do ponto de vista). Se hoje, informações sensíveis sobre nossa vida são um prato cheio para softwares e programas, como lidar do ponto de vista jurídico com a questão? Seria algo a se preocupar?.

Talvez sejam reflexões como essas que levaram os nossos congressistas a votar e aprovar o Marco Civil da Internet, ou Constituição Virtual, que trata da relação dos usuários com os provedores. A lei satisfaz algumas perguntas, como a privacidade do internauta, mas não é seu propósito enfrentar o tema da inteligência artificial.

Isaac Asimov teve uma dessas epifanias que o ser humano tem vez ou outra na vida, e imaginou um mundo onde a inteligência artificial seria algo absolutamente comum no cotidiano do ser humano, adiantando o debate jurídico sobre a questão. Ele escreveu as três leis da robótica:

1ª Lei: Um robô não pode ferir um ser humano ou, por inação, permitir que um ser humano sofra algum mal.

2ª Lei: Um robô deve obedecer às ordens que lhe sejam dadas por seres humanos exceto nos casos em que tais ordens entrem em conflito com a primeira lei.

3ª Lei: Um robô deve proteger sua própria existência desde que tal proteção não entre em conflito com a primeira ou segunda leis.

As leis fariam parte da programação do robô – na obra, de tamanho e feições humanas, mas vamos adaptá-la a ponto de expandir seu conceito, como um programa de computador, um carro, etc. Ou seja, estaríamos seguros de questionamentos, enquanto raça humana, de qualquer robô que se rebele e passe a adotar comportamentos imprevisíveis.

A não ser que... (aí que vem o pulo do gato) o robô, como ser inteligente, consciente e independente, possa entender a lei como “injusta”. De repente, o robô não é um sujeito positivista, que acredita na letra fria da lei. De repente, ele é crítico ao sistema jurídico, não se sente representado e entende que ele deve se autorregular, ou ser regulado apenas por sua espécie.

Como eu disse anteriormente, Goostman será imprevisível. Sua filosofia jurídica então, nem se fale. (<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/01/26/ok-temos-inteligencia-artificial-e-o-direito-com-isso/>)

1- Considerando a intencionalidade do autor do texto, é correto afirmar que o título apresenta:

- a) uma frase declarativa que constata um fato e uma frase interrogativa que questiona a influência desse fato no mundo jurídico.
- b) uma frase declarativa que concorda com a existência da inteligência artificial e uma frase interrogativa que isola o Direito da inteligência artificial.
- c) uma frase declarativa que renuncia a inteligência artificial e uma frase interrogativa que convida à reflexão.
- d) uma frase declarativa que aceita a inteligência artificial e uma frase interrogativa que insinua uma falta de preocupação do Direito com esse fato.
- e) uma frase declarativa que reconhece uma realidade e uma frase interrogativa que confronta essa realidade.

2- Com base no texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. O autor enfatiza que a inteligência artificial é foco de pesquisa exclusivo dos cientistas, nerds e militares.
- II. Os congressistas aprovaram a Constituição Virtual como resposta aos desafios da inteligência artificial.
- III. O autor formula a hipótese de, no futuro, o robô rebelar-se contra as leis ao entender que é capaz de estabelecer as normas de sua própria existência.
- IV. O autor utiliza o recurso da intertextualidade implícita como forma de enfatizar que o debate jurídico sobre a inteligência artificial aconteceu primeiro na ficção científica.

Assinale:

- a) Se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas a afirmativa III estiver correta.
- c) Se todas as afirmativas estiverem corretas.
- d) Se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) Se apenas a afirmativa II estiver correta.

3-

A- Ficaram de **cabelo em pé (...)**

B- **Agora**, veja todos esses dados e os projete para fora daqui, **vá lá-** façamos uma análise cautelosa-30 anos.

C- No entanto, não precisamos ir **tão longe (ou tão perto)**, dependendo do ponto de vista)

D- A não ser que... (aí vem o **pulo do gato**)

E- De repente, o robô não é um sujeito positivista, que acredita na **letra fria da lei**.

Analise a adequação linguística e discursiva das respectivas passagens, anteriormente, destacadas, nos comentários a seguir:

I- As expressões negritadas refletem o emprego de uma linguagem informal, cuja intencionalidade é a aproximação de outros leitores, pelo uso de uma linguagem popular, para um tema inovador, por enquanto, restrito a um público específico.

II- As expressões: cabelo em pé; prato cheio; pulo do gato; letra fria da lei, pelo sentido figurado que possuem, ampliam o significado dos vocábulos aos quais se referem, produzindo um efeito de descontração em relação ao assunto.

III- A linguagem do texto apresenta um grau de formalidade acadêmica, compatível ao propósito científico e o uso das expressões negritadas ratificam esse propósito.

IV- A abordagem técnica, presente no texto sobre a inteligência artificial, é coerente com a linguagem informal dos termos em destaque, já que a reflexão desse assunto destina-se ao grupo específico de acadêmicos responsáveis por esse saber.

Considerando a análise sobre as respectivas passagens do texto:

- a) Apenas a I e II estão corretas
- b) Apenas a II está correta
- c) Apenas a III e a IV estão corretas

- d) Apenas a I, II e IV estão corretas
e) Todas estão corretas.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº <u>2-11.002.0/2011</u>
Data <u>19/09/2011</u> Fls. <u>125</u>
Rubrica <u>[assinatura]</u>

4- Na passagem, “As leis fariam parte da programação do robô- na obra, de tamanho e feições humanas, **MAS** vamos adaptá-la a ponto de expandir o seu conceito”, podemos substituir esse operador discursivo, sem nenhum prejuízo no significado da frase, por:

- a) quando, enquanto
b) e, nem
c) embora, apesar de
d) porque, que
e) contudo, todavia

5- Em relação à pontuação utilizada no texto, está **INCORRETO** o que se afirma em:

- a) Os travessões que isolam o segmento” Uma máquina, um ser humano e um juiz – também humano – que não sabe quem é quem” (2º parágrafo) podem ser substituídos por parênteses sem prejuízo para o sentido.
b) As aspas empregadas na frase “mais excitante para as ciências nos últimos anos”_2º parágrafo_ justificam-se por se tratar de citação literal de uma autoridade.
c) O ponto de interrogação colocado no título serve para provocar no leitor a indignação e também para configurar o não comprometimento do Direito com a questão da inteligência artificial.
d) Após os dois pontos, no 7º parágrafo, ocorre uma enumeração que explicita a expressão imediatamente anterior a esse sinal de pontuação.
e) A colocação da vírgula no fragmento. “... o robô não é um sujeito positivista, que acredita na letra fria da lei” (10º parágrafo) tem como justificativa o valor explicativo do segmento.

6-

1-Cientistas, nerds e militares (normalmente os que se interessam por inteligência artificial) ficaram de cabelo em pé, quando “Eugene Gootsman”, **um computador que simula ser um jovem de 13 anos**, passou, no Teste de Turing, desenvolvido(...) (O trecho negrito possui a função de um aposto explicativo).

2-Uma máquina, um ser humano e um juiz-também humano-**que** não sabe quem é quem. (O termo negrito é um pronome relativo, cuja função coesiva é a de substituir o substantivo que o antecede).

3-O teste consiste basicamente **em uma conversa a três**(...). (o termo grifado é um complemento do advérbio de modo, tendo uma função de complemento nominal)

4-Talvez sejam reflexões como **essas** que levaram os nossos congressistas a votar e aprovar o Marco Civil da Internet, ou Constituição Virtual(...)-(o termo grifado é pronome substantivo demonstrativo que tem a função coesiva de se referir a Marco Civil, ou Constituição Virtual)

Leia as passagens do texto a fim de analisar se há correção (V) ou não (F) na correspondência entre o fato linguístico e a sua função gramatical e discursiva de acordo com a Norma Culta Padrão.

- a) V,V,F,V
b) V,V,V,F
c) V,F,F,V
d) V,V,F,F
e) Todas são verdadeiras

7- Assinale a classificação incorreta do verbo grifado nos trechos a seguir:

“Até o ano passado, **NÃO** houve máquina aprovada”.

- a) O verbo haver, no exemplo, é IMPESSOAL, portanto, não possui sujeito.
b) A expressão “máquina aprovada” é o complemento verbal, o objeto direto, que complementa o sentido do verbo.
c) Nessa frase, o verbo negrito poderá ser substituído, sem prejuízo do sentido original, por “existir”.
d) Caso o autor preferisse usar no seu texto o verbo existir, e estabelecesse o plural como sua opção, escreveria: “Não existiram máquinas aprovadas”.
e) No plural, esse verbo será flexionado como: “não houveram máquinas aprovadas”

8- Nos exemplos, a seguir, aponte o que possui o uso correto da crase:

- a) Os cientistas criadores de Gootsman graças à seu invento ganharam crédito da Comunidade científica.
- b) É necessário que os programas direcionados à públicos excluídos tenham incluído os princípios da inteligência artificial.
- c) Os congressistas aprovaram leis restritas à privacidade dos internautas, mas não às que se referiam à Constituição virtual.
- d) Reflexões sobre as necessidades das Leis que beneficiem a sociedade devem ser feitas à partir da mais tenra infância incluindo as novas gerações pela inclusão digital.
- e) É necessário que a população conheça mais à respeito dos benefícios sociais advindos da inteligência artificial .

9-

I. Goostman é um feito notável da tecnologia.

II. Daqui a 30 anos não será apenas um garoto de 13 anos que engana juízes, mas terá comportamentos imprevisíveis.

III. Boa parte da inteligência artificial do robô se deve ao esforço e à ousadia dos cientistas.

As frases se organizam num só período, com clareza, lógica e correção em:

- a) Goostman, um feito notável da tecnologia, age como um garoto de 13 anos, que daqui a 30 anos enganará juízes com a ousadia dos cientistas de comportamentos imprevisíveis.
- b) Daqui há 30 anos, Goostman, feito notável da tecnologia, terá comportamentos imprevisíveis, por ser fruto do esforço e da ousadia dos cientistas, e com isso não mais enganará juízes.
- c) Daqui a 30 anos, Goostman __feito notável da tecnologia__ deixará de ser apenas um garoto de 13 anos que engana juízes para ser um robô imprevisível, graças ao investimento e ousadia dos cientistas em seus estudos sobre inteligência artificial.
- d) Os estudos sobre a inteligência artificial conseguirá daqui a 30 anos transformar Goostman, num feito notável e imprevisível que não mais enganará juízes.
- e) Daqui há 30 anos, Goostman(feito notável da tecnologia) não será mais um garoto de 13 anos que engana juízes, mas terá comportamentos imprevisíveis, por causa do esforço e ousadia dos cientistas em seus estudos sobre inteligência artificial.

10- Para um texto ser compreendido é preciso que o interlocutor preencha os conhecimentos: do gênero com que se identifica o texto; da estrutura linguística, e do conhecimento de mundo, ou prévio. No trecho, “De repente, não é um sujeito positivista que acredita na letra fria da lei”, podemos inferir que o autor considere “positivista” o:

- a) romântico
- b) pragmático
- c) fraco
- d) sensível
- e) subjetivo



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

EDITAL

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do art. 23 do Regulamento do 40º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL:

- 1 - A
- 2 - C
- 3 - C
- 4 - A
- 5 - D
- 6 - D
- 7 - B
- 8 - E
- 9 - C
- 10 - E
- 11 - E
- 12 - B
- 13 - C
- 14 - A
- 15 - B

DIREITO CIVIL:

- 16 - A
- 17 - B
- 18 - C
- 19 - D
- 20 - A
- 21 - C
- 22 - E
- 23 - E
- 24 - D
- 25 - E
- 26 - A
- 27 - B
- 28 - C
- 29 - D
- 30 - C



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 31- C
- 32- D
- 33- E
- 34- A
- 35- B
- 36- B
- 37- A
- 38- E
- 39- E
- 40- B

LÍNGUA PORTUGUESA - INTERPRETAÇÃO DE TEXTO:

- 41- A
- 42- B
- 43- A
- 44- E
- 45- C
- 46- D
- 47- E
- 48- C
- 49- C
- 50- B

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis subsequentes à publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11:00 às 17:30 horas.

Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2017.